

Longevidade Muda Rumos dos Fundos de Pensão



**Confira as vantagens
do novo sistema
de telefonia
da FRG**

Destaque
página 02

**Fundos de Pensão
investem no
setor elétrico
brasileiro**

Convênio
página 04

**PLAMES
completa
20 anos de
vida em 2005**

Na Área
página 07

O Jornal da REAL GRANDEZA traz nesta edição uma reportagem sobre um assunto que está na ordem do dia de qualquer dirigente de fundo de pensão do país: o aumento da longevidade. Assim como acontece no resto do mundo, um estudo da ONU publicado recentemente mostra que o Brasil está envelhecendo a passos largos. Segundo o IBGE, a esperança de vida da população masculina brasileira passou de 58,5 anos para 67,5 entre 1980 e 2000, enquanto a das mulheres pulou de 65 anos para 76.

Esse envelhecimento reflete, por um lado, um resultado positivo. Afinal de contas, vive mais quem tem melhor qualidade de vida e acesso às novas tecnologias da medicina. Mas, por outro, gera um desafio a mais para entidades de previdência complementar. O de rever, periodicamente, suas premissas atuariais. A FRG saiu na frente e já atualizou as suas à realidade de vida de nossos participantes.

De olho no futuro, também trazemos nesta edição uma reportagem sobre a Instrução Normativa 497, que mudou o cálculo das alíquotas de Imposto de Renda sobre o resgate de recursos investidos em carteiras de previdência complementar.

Ainda sobre investimentos e, por que não, mantendo o olho no futuro, há uma matéria sobre o Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Brasil Energia, que visa incrementar o setor elétrico, por meio de recursos do governo e dos fundos de pensão.

Para finalizar, março é o mês da mulher e não poderíamos deixar de prestar a nossa homenagem ■

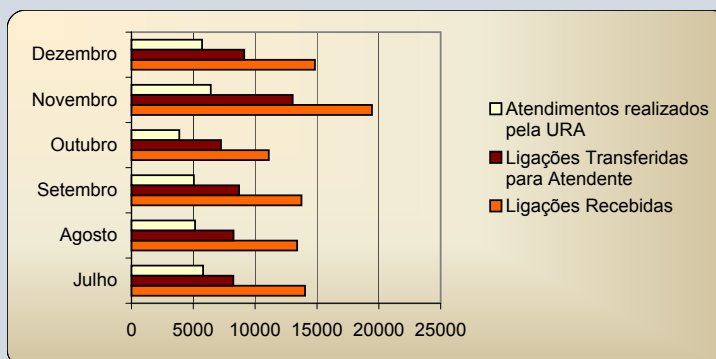
URA oferece conforto aos Participantes

Implantada na REAL GRANDEZA em meados de 2004, a Unidade de Resposta Audível (URA), muito utilizada em bancos, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, fornece uma série de vantagens aos nossos Participantes e Associados da CAEFE, facilitando o acesso às informações em menor tempo. Mas para tornar essa ferramenta mais eficiente o Participante deve utilizá-la com maior frequência e aproveitar os ganhos desse novo sistema.

Com a URA, o Participante, ao digitar sua matrícula com o dígito verificador, tem acesso rápido e fácil a informações como o valor da prestação do seu seguro veículo, o valor líquido do seu contracheque e o saldo do Empréstimo Pessoal, sem a necessidade de falar com um de nossos atendentes. Caso o Participante queira saber, por exemplo, o valor da prestação de cada veículo contido na sua matrícula, ele obtém esta informação rapidamente através da URA, já que no contracheque consta apenas o valor total. A Central de Relacionamento é responsável por atender cerca de 12.000 Filiados, 2.800 Associados da CAEFE, além de seus dependentes.

Em dezembro de 2004, o total de ligações recebidas pela Central de Relacionamento foi de 14.829. Desse total, 9.118 ligações foram transferidas para os atendentes. O tempo médio de atendimento para os que escolheram a URA foi de 96 segundos, sem nenhuma espera anterior. Já os Participantes que não utilizaram a URA, em alguns casos, tiveram que aguardar um tempo de espera de quase 4 minutos antes que se iniciasse o atendimento.

Para se ter uma noção da sobrecarga que a não opção pela URA acarreta à Central de Relacionamento, confira no gráfico:



Estudo feito pelo analista do Meta Group, Jeff Rumburg, constatou o quanto o uso da URA pode, também, significar economia para a Empresa. Ele comprovou que o valor de uma transação de serviço a clientes pelo telefone é de aproximadamente R\$ 14,00. Já o mesmo serviço por meio da URA custa aproximadamente R\$ 1,30; e via Web, R\$ 0,78.

Marco Antônio Queiroz, Gerente da Central de Relacionamento, ressalta que, embora a URA ainda não atenda integralmente às necessidades de informação dos filiados, já se constitui numa ferramenta extremamente importante, porque disponibiliza, em qualquer dia e a qualquer hora, informações relevantes, além de proporcionar à gestão um controle estatístico efetivo e confiável das ligações recebidas. E este controle, por si só, acabará favorecendo os filiados, já que possibilitará uma gradual adequação das funcionalidades da URA aos interesses dos usuários ■

Jornal da REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social
Ano XV, nº 67 FEVEREIRO / MARÇO - 2005

Jornal da REAL GRANDEZA é uma publicação da **REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**
Rua Mena Barreto, nº 143 / 6º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.271-100
Telefone: 0800 - 282 - 6800
Fax: (21) 2286-5995
E-mail: comunic@frg.com.br
Tiragem: 12.500 exemplares
Distribuição Gratuita

As matérias deste periódico têm caráter meramente informativo, não gerando quaisquer direitos ou obrigações. Artigos ou textos eventualmente assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Diretoria Executiva:

Diretor-Presidente:
Marcos Antonio Carvalho Gomes
Diretor de Administração e Finanças:
José Dias da Silva
Diretor de Investimentos:
Jorge Luiz Monteiro de Freitas

Patrocinadoras:

FURNAS Centrais Elétricas S. A.
Eletronuclear S. A. - Eletronuclear
Fundação Real Grandeza

Jornalista responsável: Denise Assis
Reg. Prof. MTb 12852 (DRT-RJ)

Redação: Margaret Yparraguirre, Murilo Fiuza e Valéria Paim

Revisão: Gerson Jorge

Fotografia: Luiz Clovis Bergallo

Projeto gráfico e editoração eletrônica:
Núcleo da Idéia Publicidade

Distribuição:

Gerência de Administração e Serviços (GAS)

Estagiária: Mariana Meneses Borges Prata



Fundos de Pensão Investem no Setor Elétrico

O governo federal lançou, no fim de 2004, o Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Brasil Energia, que tem o objetivo de incrementar os investimentos no setor elétrico do país. O FIP é considerado um marco no relacionamento entre o setor, os Fundos de Pensão e o BNDES. O Fundo terá um aporte de R\$ 740 milhões - podendo chegar a R\$ 1,2 bilhão - dos quais R\$ 469 milhões virão dos Fundos de Pensão, entre eles a Fundação Real Grandeza.

O BNDES entrará com R\$ 181 milhões; o Banco do Brasil, 60 milhões; e o Banco Pactual, gestor do fundo, com R\$ 30 milhões. O lançamento do Fundo foi no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Jorge Freitas, diretor de Investimentos da FRG, o objetivo do FIP Brasil Energia é aplicar em companhias abertas ou fechadas do setor elétrico, focadas em projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), centrais eólicas e usinas a biomassa, contempladas no PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).

“Estas empresas terão que possuir sólidos fundamentos, excelência de gestão e perspectiva de rentabilidade significativa. Caso os investimentos sejam focados em empresas de capital aberto, estas também deverão estar comprometidas com práticas de transparência, de divulgação de informações, no sentido mais amplo da governança corporativa”, afirmou o diretor.

O prazo de duração do FIP é de 10 anos, podendo ser prorrogado por dois períodos adicionais de três anos cada. Cabe ressaltar que as instituições hoje quotistas do fundo, incluindo a Fundação Real Grandeza, elaboraram todo o regulamento do FIP Brasil Energia e selecionaram, dentro de um conceito de total transparência, o gestor e o administrador do negócio.

Segundo Jorge Freitas, a expectativa é de que o FIP Brasil Energia alcance uma rentabilidade em torno de IGP-M mais 12% ao ano. “A Fundação Real Grandeza, após criterioso processo de aprovação interna, tem uma participação de 10% no



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ladeado pelo Diretor-Presidente da FRG, Marcos Antonio Carvalho Gomes, durante o lançamento, no Palácio do Planalto, do programa FIP, para o Setor Elétrico

fundo e, com isso, garantiu assento no Comitê de Investimentos do fundo”, explicou. A primeira reunião do Comitê foi no dia 1º de março. Os quotistas do FIP Brasil Energia são Petros, BNDESPar, Funcef, REAL GRANDEZA, BB Investimentos, Fapes, Pactual (gestor do fundo), Banesprev e Infraprev.

Durante a cerimônia de lançamento do FIP, o presidente Lula elogiou a iniciativa dos Fundos de Pensão e afirmou que o Brasil está entrando numa nova rota de crescimento.

O lançamento do FIP contou, também, com a presença da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Na solenidade, a ministra afirmou que já existem 150 projetos de construção de hidrelétricas de médio porte em todos os Estados brasileiros.

Dilma lembrou ainda que o FIP financiará programas alternativos de energia elétrica. “Esse projeto tem não só a importância de gerar empregos, como diversificar a fonte energética em nosso país. Vamos gerar, por exemplo, 1.100 megawatts de energia de biomassa (casca de arroz, bagaço de cana e resíduos de madeira) e 1.100 megawatts de energia eólica, que vão evitar a emissão de 2,5 milhões de gás carbônico na atmosfera”, disse ■

Governo amplia regras de controle na Previdência

Com a intenção de assegurar o pleno cumprimento dos objetivos dos Fundos de Pensão, que passam, principalmente, por garantir aposentadoria digna aos seus participantes, o plenário do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) baixou resolução que obriga as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) a adotar princípios, regras e práticas de governança corporativa. A resolução inclui ainda gestão e controles internos, adequando-os ao “porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios” por elas operados.

Segundo a resolução, as EFPC deverão observar “padrões de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e da própria entidade fechada de previdência complementar, no conjunto de suas atividades”. A resolução define, também, como obrigatória, a transparência na comunicação dessas entidades. Pela “Resolução 13”, os Fundos ficam obrigados a manter os Participantes informados de suas atividades ■

Longevidade: o grande desafio para os Fundos de Pensão

Ipanema, verão, 1962. Da sacada do antigo Bar Veloso, na esquina das ruas Montenegro e Prudente de Moraes, Tom e Vinícius decidiram homenagear aquela linda morena, Heloísa Eneida, que viam passar todos os dias a caminho do mar. Nascia a “Garota de Ipanema”, a música que lançou a Bossa Nova para o mundo. Quarenta e três anos depois, a hoje loira Heloísa Eneida – ou melhor, Helô Pinheiro – já não é mais uma garota, mas, com quase 60 anos, ainda continua exalando beleza e saúde.

A musa inspiradora de Tom e Vinícius tem a cara da geração que vem prolongando a juventude, uma marca do Brasil atual. Segundo dados do IBGE, a esperança de vida da população masculina brasileira passou de 58,5 anos para 67,5 entre 1980 e 2000, enquanto a das mulheres pulou de 65 anos para 76 – um ganho de 11 anos. A estimativa é de que, em 2050, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer seja de 81,3 anos, a mesma dos japoneses de hoje.

O envelhecimento dos brasileiros pode ser medido pelo aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional: de 4% em 1940 para 8,6% em 2000. Em 1940, era de 1,7 milhão e, em 2000, de 14,5 milhões. Ou seja: nos últimos 60 anos, o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou quase nove vezes. Projeta-se para 2020 um contingente de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas que terão mais de 60 anos.

Paralelamente ao aumento da longevidade no país, a taxa de fecundidade vem caindo a olhos vistos. De acordo com dados do IBGE, as famílias brasileiras estão tendo cada vez menos filhos: em 1960, a média era de seis filhos por mulher, caiu para 2,9 em 1991 e, em 2000, para 2,4. A projeção é de que, em 2023, a média deverá ser de 2,01 filhos por mulher – ou seja, uma mera reposição das gerações.

O alongamento da vida da população do país, associado à queda da taxa de fecundidade, se tornou um

desafio para os Fundos de Pensão e para a Previdência Social. Afinal, como manter a qualidade de um benefício previdenciário num contexto de expansão de usuários e de redução de contribuintes?

No caso da Previdência Social, que fechou 2004 com um déficit de R\$ 32,7 bilhões, o maior de sua história, o quadro é alarmante. Até recentemente eram concedidas aposentadorias para pessoas que ainda tinham vigor físico e intelectual para o trabalho. Em 1998, 91% dos homens aposentados por tempo de serviço ou de contribuição tinham começado a receber o benefício antes dos 60 anos.

Ao mesmo tempo, a razão de contribuintes por beneficiários caiu dramaticamente na última metade do século passado. Por volta de 1940, o Brasil tinha 31 contribuintes para cada 1 beneficiário. No início da década de 80, a proporção era de 2,9 para 1; hoje, temos menos de dois contribuintes na ativa para cada beneficiário. Segundo pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sob as condições atuais, a projeção aponta para uma relação de 1,2 para 1 em 2030 – obviamente esse número deve ser entendido como um cenário, pois esta situação não iria ocorrer, o sistema quebraria antes.

No caso dos Fundos de Pensão, responsáveis pelo pagamento de um benefício complementar ao do INSS, o aumento da expectativa de vida do brasileiro força seus administradores a reverem periodicamente as premissas atuariais das instituições, para saber se elas estão ancoradas ou não em bases realistas. A REAL GRANDEZA, como noticiado no último número do Jornal da Real Grandeza, realizou um minucioso trabalho de avaliação para atualizar suas premissas atuariais – principalmente a “tábua de mortalidade” (tabela usada para calcular a probabilidade de morte ou sobrevida em várias idades).

Uma das saídas para enfrentar o desafio colocado pelo aumento da longevidade é o alongamento da

vida produtiva dos trabalhadores, fato que já vem sendo adotado em países desenvolvidos e que se mostra uma tendência mundial. Mas o aumento da expectativa de vida não é o único desafio aos Fundos de Pensão. Associado à tendência declinante da taxa de juros (mesmo a longo prazo como no caso do Brasil), esse alongamento da vida do brasileiro pode compor um cenário de perdas expressivas para seguradoras e entidades de previdência complementar num futuro próximo. Isto porque, no caso do Brasil, os Fundos de Pensão têm parte de suas receitas aplicadas no mercado financeiro, que, com as atuais taxas de juros altas, lhes garantem maior rentabilidade.

Neste caso, a saída está no redirecionamento dos investimentos dos Fundos de Pensão para a produção, que já começa a ser verificado com a retomada do crescimento econômico do país. Hoje, por exemplo, a FRG é um das entidades de previdência fechada que investem no Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Brasil Energia, que visa incrementar os investimentos no setor elétrico do país (leia matéria na página 2).

Se, por um lado, o envelhecimento da população assusta os governos de diversos países, principalmente por causa do impacto que acarreta nas contas públicas, ele pode, por outro lado, ser visto como um resultado da melhora das condições de saúde globalmente. Decerto que as condições sociais e a distribuição de renda do Brasil estão longe de serem as ideais, mas nos últimos 60 anos, sem dúvida, muita coisa melhorou no país.

No arcabouço institucional, diversas medidas e leis em benefício dessa parcela da população foram tomadas. A principal, sem dúvida, foi a criação do Estatuto do Idoso, que tramitou sete anos no Congresso Nacional e entrou em vigor em janeiro de 2003. O Estatuto tem 118 artigos que garantem direitos fundamentais dos idosos, entre os quais a eliminação da discriminação etária nos planos de saúde ■

Cresce proporção de idosos no mundo

Um estudo das Nações Unidas divulgado em fevereiro mostra que a população de pessoas acima de 60 anos no mundo será, em 2050, quase quatro vezes maior do que é hoje. Serão 2 bilhões de idosos contra 600 milhões vivendo nesta faixa etária atualmente. No documento, "Tendências Demográficas Mundiais", a ONU aponta como saída para o problema a realização de uma reforma no sistema previdenciário dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os EUA já vêm discutindo o assunto. O Brasil já aprovou uma reforma previdenciária, em 2003, mas muito ainda está para ser feito.

Em 2050 a população mundial deve estabilizar-se em 9 bilhões de habitantes, e mais de um quinto da população terá mais de 60 anos. Além disso, afirma o documento, a relação entre pessoas economicamente ativas (com idade de 15 e 64 anos) para cada pessoa acima de 65 anos passará de nove, em 2005, para apenas quatro em 2050.

Trechos do relatório foram divulgados no dia 17 de fevereiro pela Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico da ONU. "O impacto do envelhecimento é visível sobre a população economicamente

ativa, que tem caído em termos de proporção e continuará a cair. Essa queda terá implicações importantes para os sistemas previdenciários, particularmente os tradicionais, onde os trabalhadores, durante sua vida economicamente ativa, pagam pelos benefícios dos que estão aposentados", diz o relatório.

O relatório da ONU também dá sustento à discussão em curso ou recente, em países como Brasil e EUA, a respeito de reformas do sistema previdenciário.

Segundo as Nações Unidas, com a queda da mortalidade na maioria dos países, a população na faixa etária mais alta está crescendo a uma taxa de 1,9%, acima do ritmo médio de 1,2%. Em 2050, a idade média da população saltará dos atuais 26 anos para 37, e os maiores de 60 anos serão um terço dos habitantes de países desenvolvidos e um quinto daqueles em desenvolvimento.

A ONU calcula que o planeta deva atingir os 6,5 bilhões de habitantes ainda neste ano e 7 bilhões em 2012. Segundo o texto, o Brasil tem sido o oitavo país em termos de contribuição para o aumento da população no período, atrás de Índia, China, Paquistão, Nigéria, EUA, Bangladesh e Indonésia. As taxas são extremamente desiguais. Uma lista de 21 países responde por 75% do aumento da população mundial, e praticamente todo o crescimento futuro ocorrerá em nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Já os países desenvolvidos experimentam taxas repositivas ou até negativas – a exceção são os EUA.

O Brasil também abriga o quinto maior aglomerado humano do mundo, São Paulo, e o quadro não deve mudar em 2050. A cidade, em cuja região metropolitana vivem hoje 18,3 milhões de pessoas, deve abrigar 20 milhões em 2050. Na frente da capital paulista, estão Tóquio (36,2 milhões), Mumbai ou Bombaim (22,6 milhões), Déli (20,9 milhões) e a Cidade do México (20,6 milhões) ■

Instrução Normativa da Receita muda tributação sobre Previdência Complementar

A instrução normativa 497 da Receita Federal, publicada no Diário Oficial da União no dia 9 de fevereiro, determina que os participantes de planos de Previdência Complementar têm até o dia 1 de julho para definir que tipo de regime de tributação querem ter. A opção não pode ser alterada depois desta data.

Desde o início de 2005, os participantes de fundos de pensão abertos (como os oferecidos pelos bancos de varejo, por exemplo) e fechados (aqueles oferecidos por sindicatos ou estatais, como o da REAL GRANDEZA) passaram a ter duas alternativas de tributação. Uma delas é o regime regressivo de cobrança do Imposto de Renda, que reduz a alíquota de acordo com o tempo que os recursos ficarem aplicados. O IR, pago no resgate, vai começar em 35% e ser reduzido em cinco pontos percentuais a cada dois anos até 10%, para quem mantiver os recursos aplicados por mais de dez anos.

A segunda opção, que já existia, prevê que os participantes que sacarem recursos para sua aposentadoria paguem imposto de acordo

com as faixas de renda do IR da pessoa física: saques até R\$ 1.164,00 são isentos. Entre R\$ 1.164,01 e R\$ 2.326,00 a alíquota é de 15% e acima de R\$ 2.326,00 de 27,5%. A novidade nesse regime é a cobrança de 15% de IR sobre os resgates antecipados (feitos antes da aposentadoria), independentemente do valor.

O ajuste do que é cobrado a mais é feito na declaração de IR. Se estiver na faixa de isenção, recebe restituição; se estiver na faixa de 27,5%, paga a diferença.

O perfil dos participantes define que tipo de tributação é mais vantajosa. Por exemplo, quem tem um benefício baixo a receber pelo plano privado deve permanecer na forma de tributação atual, que passa a cobrar uma alíquota de IR de 15% sobre os resgates antecipados. Isso porque, dessa forma, os participantes estarão isentos na hora de sacar os benefícios de aposentadoria num valor de até R\$ 1.164,00.



O mesmo conselho vale para quem é idoso. A tributação atual é melhor porque esses participantes vão ser tributados em, no máximo, 27,5% sobre os saques de benefícios feitos acima de R\$ 2.326,00. Se os mais idosos optarem pela tributação decrescente, terão que esperar muito, para pagar menos imposto sobre os benefícios. Para quem é jovem ou tem um benefício alto a receber, vale a pena fazer a opção pela nova forma de tributação decrescente — é mais vantajoso esperar para pagar menos imposto gradativamente. ■

2005 começa com novas adesões ao Plano CD

Em janeiro, 83 novos funcionários de Furnas aderiram ao Plano de Contribuição Definida (CD), oferecido pela FRG. Em 2004, a REAL GRANDEZA registrou 95% de adesões entre os novos funcionários. Do total de 788, concursados e contratados, 747 entraram para o plano previdenciário.



Adacir Reis, secretário de Previdência Complementar

Criação da Previc aprimora Fiscalização de Fundos de Pensão

A fim de reforçar o caráter normativo e fiscalizador que sempre quis imprimir à Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), o governo federal a transformou, no último dia de 2004, em Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A Superintendência, criada pela Medida Provisória nº 233, ficará, desta forma, encarregada de normatizar e fiscalizar o setor, adquirindo autonomia administrativa e financeira, e patrimônio próprio. A autarquia funcionará nos moldes da Superintendência de

Seguros Privados (Susep), vinculada ao Ministério da Fazenda. A medida é mais uma demonstração, por parte do governo, de reconhecimento da importância dos Fundos de Pensão.

Assim como a SPC, o novo órgão está vinculado ao Ministério da Previdência Social. “Essa nova estrutura é fruto de uma convicção, que se construiu ao longo dos anos, da necessidade do aprimoramento institucional do sistema, e o Presidente da República entendeu que isso era o melhor”, explicou o secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis. ■

Dorivê dedica atenção especial a Aposentados

Nesta edição, visitamos o DCT.T – Departamento de Apoio e Controle Técnico – em Aparecida de Goiânia, município a 15 km do centro Goiânia (GO). Ele existe desde 1985 e tem à frente o funcionário de FURNAS, Dorivê Pires da Silva técnico em Contabilidade e acadêmico em Direito, e que atua como representante regional da REAL GRANDEZA.

Sua equipe de trabalho é composta por Deusiron Pires da Silva, Geel Alves de Souza e Zullyny Carlo Pontes. Juntos eles procuram atender e orientar bem os funcionários e pensionistas, assistidos da FRG, contratados com algum benefício da CAEFE, e seus dependentes.

Em seu depoimento, sentimos o orgulho e a seriedade com que Dorivê vê seu trabalho. “Além do DCT.T, prestamos atendimento aos empregados, assistidos e pensionistas de outras áreas do Centro-Oeste”, explica. Para o representante, o tratamento dado aos participantes, que tanto contribuíram para construção da empresa, necessita de mais atenção, principalmente quando vivemos



Dorivê Pires da Silva, funcionário de FURNAS, é o nosso representante regional junto ao DCT.T em Aparecida de Goiânia

na era digital, o que os leva a ter um maior grau de dificuldade para a assimilação desses novos conceitos tecnológicos. “É nessa hora que a figura do representante, na condição de orientador, se torna fundamental no atendimento. As ações de integração e responsabilidade social são realizadas periodicamente com assistidos, pensionistas e seus dependentes, nas instalações confortáveis do nosso Departamento.”

Dorivê ressalta a importância dos encontros de representantes regionais realizados, periodicamente, no Rio de Janeiro, como forma de treinamento. Ele destaca, também, que eventos dessa natureza possibilitam maior interação entre os fun-

cionários da Fundação e as áreas regionais.”

Recentemente, Dorivê participou da apresentação, feita por supervisores da REAL GRANDEZA, sobre a URA, o novo sistema telefônico.

“As informações repassadas foram de grande ajuda para que, nesse período de transição, não houvesse queda na qualidade dos serviços prestados. A princípio, como todo processo em fase de implantação, passamos por um período de adaptação, porém entendemos não ter havido comprometimento na qualidade dos nossos serviços; e, hoje, verificam-se a praticidade e a agilidade do atendimento” ■

PLAMES faz 20 anos com mensalidades muito abaixo do mercado

O Plames (Plano de Assistência Médico-Hospitalar Suplementar) completa 20 anos de criação em 2005. Hoje, o plano atende a 38.442 pessoas, entre funcionários, aposentados, pensionistas e dependentes, ligados a Furnas e à Eletronuclear. Criado em 6 de março de 1985, o Plames só entrou em vigor em agosto daquele ano. Desde de sua criação, ele é administrado pela Fundação Real Grandeza.

Antes de 1985, Furnas mantinha programas de assistência a seus empregados através de reembolso parcial de despesas médicas e hospitalares. Na época, verificou-se que a FRG poderia gerenciar um plano de assistência médico-hospitalar suplementar, sem custos extras para a Patrocinadora. No início, o Plames funcionou em regime de autogestão. Ele é mantido por um fundo, financiado por seus usuários.

Para os participantes em atividade, o Plames proporciona cobertura para a parcela não coberta pelos planos de assistência à saúde oferecidos pelas Patrocinadoras. Para os assistidos, que não dispõem de cobertura de serviços médicos oferecida pelas Patrocinadoras, a cobertura é integral, em concordância com as disposições regulamentares. Atualmente, é oferecido nas modalidades BÁSICO, ESPECIAL, EXECUTIVO e EXECUTIVO PLUS.

Em novembro, as mensalidades do Plames foram reajustadas em função da Resolução nº 63, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que aumentou as faixas etárias de cobrança, de sete para dez, como previsto no Estatuto do Idoso. Desde 2001, os usuários do Plano não sofriram reajustes em suas mensalidades.

No ano passado, com o patrocínio do Fundo Especial do Plames (FESP), houve, inclusive, redução. O Plano Básico foi reduzido em 60%, o Especial, 40%, e os Executivos, 10%.

O novo plano de custeio permitiu a sustentação econômica do Plames, sem comprometer a sua solidez técnica, por no mínimo oito anos. Mesmo com o reajuste, os valores cobrados pelos planos da FRG estão bem abaixo de seus similares no mercado. Para se ter uma idéia, hoje, o usuário com 59 anos ou mais, que optou pelo Plano Executivo para Assistido, paga R\$ 263,88 por mês. Com o aumento, passou a pagar R\$ 364,57. O plano com cobertura similar mais barato do mercado, o Delta, oferecido pela Unimed, custa R\$ 857,90 por mês; enquanto o mais caro, o Especial, da Sul América, R\$ 2.250,16 ■

Um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios no país tem mais de 60 anos

O dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, no Brasil, tem um significado especial para as viúvas. Segundo pesquisa do IBGE, baseada em dados do Censo de 2000, um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios no país tem mais de 60 anos de idade – a maioria, viúvas. Isto se explica pelo fato de a expectativa de vida das mulheres ser bem mais elevada que a dos homens. Hoje, o homem brasileiro vive em média 67,5 anos de idade, enquanto a média da mulher é de 76 anos.

Outra pesquisa, realizada por Sonoe

Sugahara Pinheiro, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra que, entre 1992 e 2003, as mulheres ganharam espaço no mercado de Previdência Complementar. Neste período, elas aumentaram suas contribuições em 46%. O estudo estima que 1,42% das mulheres contribua para a Previdência Complementar.

Ainda que, entre as mulheres com atividades informais, apenas 1,10% contribua para a previdência, é preciso lembrar que desde 1992 este percentual quase dobrou, já que na época era de apenas 0,6%. Finalmente, entre as mulheres que trabalham por conta própria ou são empregadoras, cerca de quase 11% contribuem para a Previdência Complementar.

Já o estudo do IBGE mostra também que, em 2000, 25% dos domicílios brasileiros tinham mulheres como seus responsáveis. Vale lembrar que o conceito de responsável pelo domicílio substituiu o termo “chefe do domicílio”, em desuso desde a Constituição de 1988. Em linhas gerais, este conceito está baseado na definição da pessoa considerada como referência do domicílio (ou da família).

Assim como o resto do mundo Ocidental, as brasileiras vivencia-

ram nas últimas décadas os grandes ganhos na escolaridade e entraram maciçamente no mercado de trabalho. A desigualdade entre os sexos, porém, ainda é grande no nosso país. Hoje, a mulher brasileira, apesar de viver mais que o homem e ter maior instrução, ganha menos.

Segundo a pesquisa do IBGE, o rendimento das mulheres responsáveis por domicílio continua inferior ao dos homens. Há cinco anos, o valor médio do salário das mulheres era equivalente a 75% do valor pago aos homens. O rendimento médio dos lares brasileiros sustentados por mulheres era cerca de R\$ 591, correspondendo a 3,9 salários mínimos daquele ano.

O porquê da homenagem:

O 8 de Março foi um dia muito importante na luta pelos direitos da mulher. Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias, que nas suas 16 horas recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram trancadas na fábrica e incendiadas. Cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa conferência internacional de mulheres, realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como “Dia Internacional da Mulher”.



FRG recebe manifesto de pensionistas

No dia 15 de fevereiro, a Fundação Real Grandeza recebeu um manifesto assinado por 36 pensionistas. No documento, o grupo pede que a FRG atenda a três reivindicações: aumento do valor do benefício de pensão, melhoria no atendimento do Plames e criação de um seguro de vida para dependentes. As reivindicações foram elaboradas durante o II Encontro com Pensionistas, realizado no dia 25 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

A FRG encaminhou o documento para análise de suas áreas competentes. A sugestão do seguro de vida para dependentes já foi enviada à direção da CAEFE, responsável pela concessão deste tipo de serviço.

Quanto ao aumento do valor do benefício de pensão, trata-se de uma preocupação constante da REAL GRANDEZA. Em 2002, quando foi proposta a migração dos Participantes do Plano de Benefício Definido (BD) para os planos Saldado e Contribuição Definida (CD),

a idéia era aumentar o benefício líquido recebido pela pensionista de 45% para 60% do valor da aposentadoria do titular do plano. Uma ação na Justiça proposta pela Após-Fumas, porém, suspendeu o processo de migração.

Em consequência, o Plano CD passou a ser oferecido apenas para os novos funcionários de Furnas, da Eletronuclear e da própria FRG. As pensionistas desses Participantes têm direito a 60% do benefício que seus cônjuges recebiam.